



André Correia - Agência Senado

CARF

# CARF afasta tese de SCP e mantém cobrança sobre prestadores de serviços jurídicos

Publicado em 08/01/2026 às 12:26  44

Tempo de leitura: 2 minutos



**Compartilhar matéria**

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) decidiu, por unanimidade, manter autuação fiscal que impôs a cobrança de contribuições previdenciárias sobre valores recebidos por um grupo de advogados que atuavam informalmente em negócios imobiliários no ano de 2008. O colegiado entendeu que a relação entre os profissionais configurava sociedade de fato, afastando a tese defensiva de que se tratava de uma Sociedade em Conta de Participação (SCP).

A fiscalização teve início a partir da análise das movimentações financeiras de uma das participantes, que declarou os recursos recebidos como receitas próprias. Durante a apuração, identificou-se uma estrutura informal conhecida como "SATI – Serviço de Assistência Técnico-Imobiliária", sem registro no CNPJ, mas com organização e divisão de receitas entre vários advogados, inclusive com compartilhamento de despesas operacionais.



**Clique aqui e entre no nosso canal de notícias do Whatsapp**

Diante dos indícios de atividade organizada e habitual, a Receita Federal lavrou autos de infração cobrando contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, além de multa pela ausência de entrega da GFIP. Os principais envolvidos passaram a integrar, no período posterior, uma empresa formal com objeto social semelhante, reforçando, segundo o Fisco, a continuidade da atividade.

Em sua defesa, os contribuintes alegaram que a estrutura corresponderia a uma SCP, onde a divisão de lucros não configuraria remuneração tributável. Também atacaram o uso do Livro Caixa, que teria inconsistências e não refletiria fielmente a movimentação financeira.

No entanto, o relator do caso rejeitou as preliminares de nulidade e afastou a tese da SCP. Para o CARF, não havia elementos que comprovassem a existência de um sócio ostensivo, segregação patrimonial ou qualquer instrumento que atestasse a constituição da SCP. Ao contrário, os autos indicam atuação conjunta e direta dos profissionais, com gestão compartilhada e rateio proporcional dos rendimentos.

A decisão também reconheceu a responsabilidade solidária dos participantes, com base no artigo 990 do Código Civil, e confirmou que os valores apurados configuram remuneração sujeita às contribuições previstas na Lei nº 8.212/1991.

Com isso, o recurso voluntário foi integralmente negado, e o lançamento tributário foi mantido.

Fonte: Rota da Jurisprudência – APET

Referência: Acórdão CARF nº 2101-003.439

2ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA

Data da publicação do acórdão: 07/01/2026

**CLIQUE AQUI** e faça o download da decisão

Tags:

Código Civil

advogados

sociedade de fato

informalidade

solidariedade tributária

lançamento fiscal

SCP

GFIP

Contribuições previdenciárias

Receita Federal

Carf

## CURSOS DA APET



**Fusões e Aquisições:  
Aspectos Tributários,  
Societários e Contábeis  
– 22/04/2026**



**Curso De Especialização  
– Reforma Tributária: IBS  
e CBS na Constituição e  
na Lei Complementar –  
03/03/2026**



**Curso de Especialização  
em Imposto de Renda  
das Empresas (CSLL e  
Normas de  
Contabilidade – IFRS) –  
Turma – 14 – 10/03/2026**



**Curso de Extensão: IRPF  
na Prática – Como  
declarar o Imposto de  
Renda Pessoa Física –  
13/04/2026**

## Notícias Relacionadas

CARF

👁 369

**CARF admite exclusão  
de ICMS-ST do  
PIS/Cofins mesmo sem  
destaque segregado na  
nota fiscal**

14 de outubro de 2025

CARF

👁 9

**CARF mantém cobrança  
de IRPF por uso de  
empresa interposta, mas  
aplica nova regra de  
penalidade**

12 de agosto de 2025

CARF

👁 56

**CARF reconhece  
validade de SCP  
hospitalar e afasta  
cobrança de  
contribuição  
previdenciária**

28 de novembro de 2025

## Navegação

### Decisões

#### Judiciais

STF

STJ

### Decisões

#### Administrativas

CARF

Receita

Federal

TIT-SP

## Outras seções

Coluna do Rota

Comentário

Editorial

Reforma

Tributária

Rota da

Contabilidade

## Institucional

Quem Somos

Princípios

Editoriais

Política de

Privacidade

Termos e

Condições de

Uso

## Contato

rota@apet.org.br

(11) 3105-6191

